

CONTRATO DE COMPRA E VENDA FIRME DE GÁS NATURAL

ENTRE

MGAS COMERCIALIZADORA DE GÁS NATURAL LTDA.

NA QUALIDADE DE VENDEDORA

E

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA – SCGÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	3
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO	8
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA	8
CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA	9
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DE VENDA DO GÁS	10
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA	14
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS	15
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.....	16
CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	17
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO.....	18
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS	18
CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.....	18
CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO	18
CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	22
CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	24
CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	27
CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.....	30
CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	30
CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.....	31
CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO.....	32
CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES.....	32
CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS	33
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE PAGAMENTOS	35
CLÁUSULA VINTE E QUATRO– CONCORDÂNCIA DAS PARTES.....	37
APÊNDICE I – PONTO DE ENTREGA.....	38

**Contrato DE COMPRA E VENDA DE Gás
NATURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM MGAS
COMERCIALIZADORA DE GÁS NATURAL
LTDA. E A COMPANHIA DE GÁS DE SANTA
CATARINA – SCGÁS**

Pelo presente instrumento,

MGAS COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA, com endereço na R. Visconde de Pirajá, 572 – sala 701, Rio de Janeiro | RJ | 22410-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.516.886/0001-57 autorizada pela ANP a atuar como Agente Comercializador de gás natural, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominado “Vendedora”; e

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA – SCGÁS, com sede na Rua Antônio Luz nº 255, 2º andar, – CEP 88010-410, Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o Nº 86.864.543/0001-72, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de Compradora, doravante denominada “Compradora”.

Também denominadas, isoladamente, “Parte” e, em conjunto, “Partes” e

CONSIDERANDO QUE:

- conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº. 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da LEI;
- a Compradora é a concessionária exclusiva para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de Santa Catarina, conforme seu contrato de concessão (doravante “Contrato DE Concessão”) celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Compradora;
- a Compradora realizou a Chamada Pública nº **011/2024** visando a compra de Gás Natural e que a Vendedora apresentou proposta de fornecimento, nos termos que agora se firma, na referida Chamada Pública;
- a Compradora, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- a Vendedora deseja vender e entregar à Compradora gás natural, e a Compradora deseja comprar e receber o referido gás da Vendedora, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- A Vendedora está autorizada pela ANP a atuar como comercializadora de Gás, conforme Autorização SIM-ANP nº351, de 12 de maio de 2023 e como Carregadora, conforme autorização SIM-ANP nº387, de 25 de maio de 2023;
- A SCGAS nos termos da Resolução ANP nº 21/2013, a SCGAS está autorizada a exercer a atividade de carregamento de gás natural na esfera de competência da União, conforme Autorização SIM-ANP nº 627/2019, bem como de comercialização conforme Autorização SIM-ANP Nº 307, de 26 de abril de 2023;
- a compra e venda de gás natural objeto deste Contrato não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no inciso I, parágrafo terceiro do art. 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016.

Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (“Contrato”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

Página 3 de 38

1.1. Sempre que grafados em iniciais maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer Parte, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa Parte. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa cada período que:

- a) para o primeiro Ano, começará no Dia do Início de Fornecimento e terminará no último Dia do mês de dezembro do ano em questão;
- b) para cada Ano sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente ano e terminará no último Dia do mês de dezembro do mesmo ano;
- c) para o último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente ano e terminará no último Dia de vigência do Contrato;
- d) os termos “anual”, “anualmente” e semelhantes serão interpretados de modo correspondente;

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item na CLÁUSULA DEZESSEIS.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do Tribunal Arbitral, designados conforme Cláusula 16, Solução de Controvérsias.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da Arbitragem expedida, nos termos da Cláusula 16.

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 (zero) a 4 (quatro), o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 (cinco) a 9 (nove), o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

BALANCEAMENTO: significa o gerenciamento das injeções e retiradas de Gás no Sistema de Transporte para fins de equilíbrio e execução eficiente e segura dos serviços de transporte pelo Transportador.

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa Câmara de Comércio Internacional (CCI), responsável pela condução da ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

CARREGADOR: pessoa jurídica que tenha celebrado o presente Contrato com o Transportador, podendo ser ainda designado como (i) a Carregador de Entrada, quando o Contrato tiver por objeto a prestação do Serviço de Transporte Firme de Entrada ou (ii) a Carregador de Saída, quando o Contrato tiver por objeto a prestação do Serviço de Transporte Firme de Saída. Quando utilizando em caixa baixa, carregador

significa qualquer(qualquer) pessoa(s) jurídica(s) que tenha(m) celebrado um contrato de transporte com o Transportador, incluindo o próprio Carregador, exceto quando o Contrato expressamente o excluir. As expressões “carregador de entrada” ou “carregador de saída” poderão ser empregadas de forma análoga;

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste Contrato, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE – Caso Fortuito ou Força Maior.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o Poder Calorífico Superior (PCS), em base seca, para o Gás igual ao Poder Calorífico de Referência (PCR).

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

CONTRATO DE TRANSPORTE ou GTA: significam os contratos para prestação de serviço de transporte de gás natural, relativos à reserva de capacidade no Ponto de Entrada ou no Ponto de Saída, celebrados pela Vendedora e/ou pela Compradora junto ao Transportador e necessários à entrega do Gás objeto deste Contrato no Ponto de Entrada e nos Pontos de Saída, seus termos e condições, anexos e termos aditivos.

CONSUMIDOR LIVRE: significa o consumidor de GÁS que, nos termos da legislação estadual aplicável, tem a opção de adquirir o gás de qualquer agente produtor, importador ou comercializador.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

DIA ÚTIL: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da Vendedora e da Compradora.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou Notificação emitida por uma Parte a outra Parte para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste Contrato.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou Notificação emitida por uma Parte à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do Contrato, para a outra Parte.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma Parte à outra.

ENCARGO DE CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU): significa o Encargo de Capacidade não Utilizada (ECNU) relativo a reserva de uma capacidade equivalente a 100% da QDC e que não tenha sido programada pela Compradora nos termos deste Contrato, observado o disposto no item 5.1.1.6.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas na CLÁUSULA QUATORZE.

FALHA DE FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de falta de disponibilidade de Gás no Ponto de Entrega, em razão da (i) programação pela Vendedora (na qualidade de carregador de entrada) de Quantidade Diária Programada de Entrada menor do que a QDS solicitada pela Compradora, respeitadas as regras de programação e limites estabelecidos no contrato e excetuando-se a situação eventual da Quantidade Diária Nominada de Saída pela Compradora, ter sido efetuada junto ao transportador em valor inferior à QDS informada pela Compradora à Vendedora e; (ii) Redução pela Transportadora da Quantidade Diária Programada de Entrada pela Vendedora em relação à Quantidade

Diária Nominada de Entrada por razões imputadas à Vendedora, respeitadas as regras de programação e quantidade contratada, conforme previsto no contrato de transporte.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto do presente Contrato, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

GÁS PARA USO NO SISTEMA (GUS): significa a quantidade de Gás necessária, indicada e medida pelo Transportador, para a operação do GTA, incluindo o gás combustível, o gás não contado e as perdas operacionais do Transportador.

GASODUTO DE TRANSPORTE: duto, integrante ou não de um sistema de transporte de gás natural, destinado à movimentação de gás natural ou à conexão de fontes de suprimento, conforme os critérios estabelecidos na legislação vigente, podendo incluir estações de compressão, de medição, de redução de pressão, de recebimento, de entrega, de interconexão, entre outros complementos e componentes, nos termos da regulação da ANP.

INÍCIO DE FORNECIMENTO: significa a data definida nos termos da Cláusula Terceira.

LEI ou LEGISLAÇÃO: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, na Argentina ou Bolívia, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das Partes, das disposições previstas no Contrato, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a Compradora está submetida.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam as Leis estabelecidas na Cláusula Vinte e um, Conduta das Partes.

LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC): significa o limite definido pela Vendedora na forma do item 23.2 e subitens.

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do Contrato, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do Contrato que se iniciará no Dia do Início de Fornecimento e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do Contrato. "Mensalmente" será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de Gás que, nas Condições-Base, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as Partes, cujo recebimento possa ser provado pela Parte emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E Notificação.

PARADA PROGRAMADA: significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.

PARCELA DA MOLÉCULA (PM): significa a parcela referente à molécula contida no Preço de Venda do Gás (PG).

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa o valor cobrado pela Vendedora pela parcela relativa ao transporte do Gás que compõe o Preço de Venda do Gás (PG), conforme item 5.1.1 do Contrato.

PARTE AFETADA: significa a Parte que invocar a ocorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por Metro Cúbico de Gás);

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976, ou suas revisões posteriores, em base seca, com Arredondamento em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do Contrato, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE SAÍDA.

PONTO DE ENTRADA: local físico na Rede de Transporte, segundo as características estabelecidas no GTA, no qual o Gás Natural é entregue pela Vendedora, ou por quem esta venha a indicar, para custódia e transporte pelo Transportador.

PONTO DE ENTREGA: Local físico e ou contratual no qual o Gás NATURAL é entregue pela Vendedora, ou por quem esta venha a indicar, para custódia e transporte pelo Transportador, correspondente ao Ponto de Entrada, para todos os fins do presente Contrato, conforme disposto na CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS.

PONTO DE SAÍDA: local físico da Rede de Transporte, segundo as características estabelecidas no GTA, onde o Gás é colocado pelo Transportador à disposição do Carregador de Saída.

PREÇO DE VENDA DO GÁS (PG): significa o preço de venda do Gás, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DE VENDA DO GÁS.

PRESSÃO DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do Ponto de Entrada.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do Gás especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de Gás, expresso em METROS CÚBICOS nas Condições de Referência e no Poder Calorífico de Referência.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a Quantidade de Gás em base diária prevista na CLÁUSULA QUARTA – Quantidade Diária Contratada, que é objeto dos compromissos de programação estabelecidos neste Contrato.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA DE ENTRADA (QDPE) ou QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA DE SAÍDA (QDPS): Em relação a um determinado Ponto de Entrada ou Ponto de Saída é a Quantidade de Gás que o Carregador tenha solicitado ao Transportador no dia j, para colocar à sua disposição no correspondente dia operacional e que tenha sido programada pelo Transportador, em conformidade com as regras de nominação e programação estabelecidas no Contrato de Transporte, podendo ser, conforme o caso, (i) a Quantidade Diária Programada de Entrada, quando o Contrato tiver por objeto a prestação do Serviço de Transporte Firme de Entrada ou (ii) a Quantidade Diária Programada de Saída, quando o Contrato tiver por objeto a prestação do Serviço de Transporte Firme de Saída.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a quantidade de Gás solicitada pela Compradora à Vendedora, em determinado Dia, no Ponto de Entrada em conformidade com a CLÁUSULA OITAVA-PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a quantidade de Gás calculada na forma da CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA.

QUANTIDADE DIÁRIA MEDIDA: Quantidade de Gás apurada pelo sistema de medição de gás natural e recebida pelo transportador, em determinado dia operacional, nos termos do GTA, podendo ser, conforme o caso, (i) a quantidade diária medida de entrada, quando o GTA tiver por objeto a prestação do serviço de transporte firme de entrada ou (ii) a quantidade diária medida de saída, quando o GTA tiver por objeto a

prestação do serviço de transporte firme de saída. A quantidade diária medida de entrada estará líquida de quantidades injetadas a título de GUS e de gás para balanceamento.

PROGRAMAÇÃO MÍNIMA MENSAL (PMM): significa o valor do compromisso mínimo de programação do Gás da Compradora na forma da Cláusula Sétima – Compromissos de recebimento da Compradora.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo Árbitro Único ou Tribunal Arbitral, conforme o caso, às Partes em procedimentos de Arbitragem.

SEMANA: significa cada semana no calendário de vigência do Contrato, tendo início às 00:00h (zero hora) da segunda-feira e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do domingo, exceto com relação à primeira semana do Contrato, que se iniciará no Dia do Início de Fornecimento e terminará no domingo da mesma semana, e a última semana do Contrato, que se encerrará no último Dia de vigência do Contrato. “SEMANALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

SERVIÇO DE TRANSPORTE: serviço que compreende o recebimento, movimentação e entrega de volumes de gás natural por meio das Rede de Transporte, nos termos do GTA, dos Contratos Legados ou qualquer outro contrato de transporte.

TRANSPORTADOR ou NTS ou TBG ou TAG: empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de gás natural.

TRANSPORTE: significa o serviço que compreende o recebimento, movimentação e entrega de volumes de gás natural por meio das redes de transporte entre os pontos de entrada até os pontos de interconexão e saída.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias.

USUÁRIO LIVRE: significa o consumidor de gás natural que, nos termos da legislação Estadual, tem a opção de adquirir gás de qualquer agente produtor, importador ou comercializador.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto deste Contrato é a venda e entrega, por parte da Vendedora, e a compra e recebimento, por parte da Compradora, de Gás Natural, segundo as condições estipuladas nesse Contrato.

2.2. O Gás fornecido pela Vendedora à Compradora no âmbito do presente Contrato terá como origem principal a Bolívia, com Ponto de Entrada no sistema de transporte na EMED Corumbá, podendo a Vendedora, a seu exclusivo critério, utilizar-se de quaisquer outras fontes alternativas de gás natural para o cumprimento de suas obrigações de fornecimento sem que haja alterações comerciais aos preços acordados entre as Partes, sendo certo que tal opção da Vendedora não gerará, em qualquer hipótese, nenhum custo, encargo ou despesa adicional para Compradora.

2.3. Para fins de execução do objeto deste Contrato, a Vendedora atuará como Carregador de Entrada, e a Compradora como Carregador de Saída, nos termos do Contrato de Transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá em 31/12/2025.

3.2. O prazo do presente Contrato poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as Partes, o que será formalizado mediante correspondente termo aditivo.

3.3. Após o término do prazo de vigência do Contrato, permanecerão válidas as disposições relativas a incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das Partes, bem como das que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do Contrato.

3.4. O Início do Fornecimento ocorrerá a partir do dia 01/01/2025 ou na data da celebração do Contrato, o que ocorrer por último, para todos os efeitos deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

A Quantidade Diária Contratada (QDC), será definida conforme a tabela abaixo:

Período	QDC (m³/dia)
Janeiro e dezembro de 2025	105.000

4.1. As Partes poderão, em conjunto, avaliar a QDC originalmente estabelecida neste Contrato e, de comum acordo, a qualquer momento, alterá-la mediante a celebração de termo aditivo a este Contrato.

4.2. A partir da data de vigência do Contrato, caso um ou mais usuários da Compradora opte(m) pela migração para a condição de Usuário Livre e passe(m) a ser supridos diretamente pela Vendedora ou por empresa Afiliada da Vendedora, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela Compradora por meio do presente Contrato, a QDC será reduzida, pela quantidade de gás que o(s) usuário(s) que optou(aram) pela condição de Usuário Livre tenha(m) deixado de consumir da Compradora, mediante a solicitação de qualquer das Partes à outra e a efetiva migração e início do suprimento de gás pela Vendedora ao(s) respectivo(s) usuário(s) no âmbito do Mercado Livre. As Partes se comprometem a celebrar aditivos contratuais para registrar as reduções da QDC, nos termos deste item, no prazo de até 90 Dias a contar do recebimento da Notificação da Parte relevante nesse sentido.

4.2.1. Caso a Vendedora possua mais de um contrato celebrado com a Compradora, a Quantidade Diária Contratual deste Contrato deverá ser reduzida no máximo até a proporção das QDC deste Contrato em relação às quantidades diárias contratuais firmes de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a Compradora detiver com a Vendedora;

4.2.2. Para todos os efeitos, as alterações das QDC nos termos deste item 4.2 se tornarão válidas e eficazes com a efetiva migração e início do suprimento de gás pela Vendedora ao(s) respectivo(s) usuário(s) no âmbito do Mercado Livre, sem prejuízo da necessidade de assinatura de termo aditivo para refletir a referida redução da QDC no prazo previsto no item 4.2 acima. Enquanto não for concluída a migração e iniciado o suprimento de gás ao(s) referido(s) usuário(s) pela Vendedora no âmbito do Mercado Livre, permanecerá válida (i) as Quantidade Diária Contratual pactuada neste Contrato ou (ii) a Quantidade Diária Contratual ajustada através de aditivos anteriores, conforme aplicável.

4.3. O item 4.2 deste Contrato não é aplicável caso a Compradora já tenha obtido redução da QDC em decorrência da migração do mesmo usuário final para a condição de Usuário Livre em outro contrato vigente entre as Partes.

4.4. No caso de um ou mais usuários da Compradora optar(em) pela migração para a condição de Usuário Livre e passar(em) a ser suprido(s) diretamente por supridor que não possua contrato de compra e venda de gás natural firme celebrado com a Compradora, deixando assim de adquirir o Gás regularmente fornecido pela Compradora, a Quantidade Diária Contratual deste Contrato deverá ser reduzida no máximo até a proporção das QDC deste Contrato em relação às quantidades diárias contratuais firmes de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a Compradora detiver com a Vendedora e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural firme que a Compradora detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução, mediante solicitação e comprovação da Compradora à Vendedora da migração do usuário final para a condição de Usuário Livre e a celebração de aditivo(s) contratual(is), observados os subitens abaixo. As Partes se comprometem a celebrar aditivos contratuais para formalizar as reduções da QDC

nos termos deste item 4.4 no prazo de 90 (noventa) Dias a contar da Notificação da Compradora à Vendedora acerca da migração do usuário final da Compradora para a condição de Usuário Livre.

4.4.1. Para todos os efeitos, as alterações das QDC nos termos deste item 4.4 somente se tornarão válidas e eficazes após a assinatura termo aditivo em questão. Enquanto o termo aditivo não for celebrado, permanecerá válida (i) as Quantidades Diárias Contratuais pactuadas neste Contrato ou (ii) a Quantidade Diária Contratual ajustada através de aditivos anteriores, conforme aplicável.

4.4.2. Caso a Compradora não envie Notificação à Vendedora, permanecem válidas (i) as Quantidades Diárias Contratuais pactuadas neste Contrato ou (ii) as Quantidades Diárias Contratuais ajustadas por meio de aditivos anteriores.

4.5. As reduções nas Quantidades Diárias Contratuais de que trata o item 4.2 e 4.4 deverão ser requisitadas por meio de Notificação contendo a comprovação da solicitação de migração do(s) usuário(s) para a condição de Usuário Livre, mediante envio de cópia das comunicações recebidas e/ou enviadas desse(s) usuário(s) com as informações referentes à migração.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DE VENDA DO GÁS

5.1. O Preço de Venda do Gás (PG), válido para a data de vencimento dos Documentos de Cobrança, no Ponto de Entrada e nas Condições de Referência, será constituído pelas componentes Parcela de Transporte (PT), prevista no item 5.1.1, com a Parcela da Molécula (PM), prevista nos itens 5.1.7, 5.1.8 e 5.1.9 conforme fórmula abaixo:

$$PG = PT + PM$$

PG	É o Preço de Venda do Gás (PG), expresso em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.
PT	É a Parcela de Transporte (PT), definida conforme item 5.1.1, expressa em R\$/m³ nas Condições de Referência, com Arredondamento na quarta casa decimal.
PM	É a Parcela da Molécula (PM), aplicável à Quantidade Diária Programada, calculada conforme fórmula indicada nos itens 5.1.7, 5.1.8 e 5.1.9, expressa em R\$/m³ nas Condições de Referência, com Arredondamento na quarta casa decimal.

5.1.1. Parcela de Transporte (PT). A Parcela de Transporte (PT) é referente ao valor a ser cobrado pela Vendedora pela contratação de capacidade de transporte no Ponto de Entrada do sistema de transporte do Transportador, para fins de disponibilização do Gás para a Compradora nos termos deste Contrato.

5.1.1.1. A Parcela de Transporte (PT) será apurada mensalmente e cobrada da Compradora de acordo com os valores estabelecidos pelo(s) Transportador(es) no(s) Contrato(s) de Transporte (GTA) para contratação de reserva de capacidade firme anual de entrada na EMED Corumbá para o ano de 2025, relativos a contratação de uma capacidade equivalente a 100% (cem por cento) da QDC, sujeitos à regulação da ANP aplicável, sendo compostos das tarifas e encargos aprovados pela ANP para prestação do serviço de Transporte.

5.1.1.2. Fica estabelecido que a Parcela de Transporte (PT) de será fixada com base nas tarifas e encargos aplicáveis à reserva de capacidade firme anual de entrada na EMED Corumbá, havendo possibilidade para a Vendedora utilizar seu portfólio mediante outras entradas, mantendo-se, no entanto, o valor da Parcela de Transporte (PT) aplicável ao Ponto de Entrada na EMED Corumbá como limite do valor da Parcela de Transporte (PT) aplicável para fins deste Contrato.

5.1.1.3. Todos os valores cobrados pela Vendedora à título de transporte deverão seguir estritamente aqueles aprovados pela ANP nos Contratos de Transporte, devendo a Vendedora apresentar à Compradora, mensalmente, memória de cálculo das tarifas e encargos sendo cobrados, em linha com o estabelecido pelo Transportador no Contrato de Transporte para o Ponto de Entrada na EMED Corumbá.

5.1.1.4. A Parcela de Transporte, poderá ser composta pelos seguintes itens:

- a) Encargo de Serviço de Transporte de Entrada, calculado com base nas tarifas de capacidade de entrada e de interconexão;
- b) Encargo de GUS, gás para uso do sistema;
- c) Encargo de Custos Fixos de Compra e Venda de Gás incorrido pelo Transportador se houver;
- d) O Encargo de Excedente Autorizado e o Encargo de Excedente Não Autorizado, quando devidos, e tendo sido originados em função da programação da Compradora junto à Vendedora de quantidades superiores à 100% da QDC nos termos da Cláusula Oitava, serão cobrados, pela Vendedora à Compradora, compondo a Parcela de Transporte.

5.1.1.5. A Parcela de Transporte, NÃO poderá ser composta pelos seguintes itens:

- a) Penalidades de Desequilíbrio;
- b) Penalidade de Variação de Programação Diária;
- c) Penalidade de Variação de Programação Instantânea e de Sobre-Vazão incidentes à Vendedora como carregador de Entrada.

5.1.1.6. Sem prejuízo do disposto nos itens 5.1.1.4 e 5.1.1.5 acima, as Partes concordam que será também devido pela Compradora (i) o valor do Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada (ECNU) estabelecido no Contrato de Transporte quando a quantidade solicitada pela Compradora e/ou programada pelo Transportador no Ponto de Entrada por razões atribuíveis à Compradora for inferior à 100% (cem por cento) da QDC; e (ii) os eventuais custos decorrentes de penalidades e/ou indenizações devidas pela Vendedora ao Transportador e/ou demais carregadores utilizando o Sistema de Transporte, em decorrência de atos ou fatos que a Compradora tenha comprovadamente dado causa, inclusive em consequência de descumprimento de seu compromisso de nominação e de programação do Gás no Ponto de Saída, e demais obrigações constantes no Contrato de Transporte de Saída, bem como neste Contrato, relativos exclusivamente a movimentação da molécula deste Contrato.

5.1.1.7. As Partes reconhecem que a Parcela de Transporte reflete os valores cobrados pelo(s) Transportador(es) que opera(m) o sistema de transporte dutoviário de gás, contratado(s) pela Vendedora para atendimento deste Contrato, em relação às tarifas, encargos e demais custos de transporte, conforme condições e regras estabelecidas no item 5.1.1. Dessa forma, as Partes concordam que qualquer mudança no valor da tarifa do Serviço de Transporte de gás a tal Transportador no âmbito do Contrato de Transporte para o produto anual firme de 2025, bem como quaisquer mudanças no âmbito da regulação do transporte pela ANP, incluindo publicação e regulamentação de Código de Rede Federal, que afete o valor da Parcela de Transporte, bem como as regras operacionais, tais mudanças deverão ser refletidas no presente Contrato por referência, sem prejuízo da obrigação das Partes de, conforme aplicável, refletirem tais alterações por aditivo ao presente Contrato tão logo seja possível.

5.1.1.8. Os custos de GUS, caso fornecido pela Vendedora para a operacionalização do GTA, serão repassados à Compradora. A Vendedora deverá comprovar para a Compradora a quantidade de GUS alocada pelo Transportador e fornecida pela Vendedora para o atendimento deste Contrato.

5.1.1.9. A Vendedora irá contratar capacidade firme de Entrada no sistema de transporte, na quantidade ótima para atender à 100% da QDC deste Contrato, junto ao(s) Transportador(es) para o Ponto de Entrada EMED Corumbá, considerando o produto anual firme aplicável ao ano de 2025. Para quantidades solicitadas acima da quantidade a que vier a ser contratada em

relação à capacidade de entrada, a Vendedora irá contratar sempre o Serviço de Transporte na modalidade disponível com menor custo, seja nas modalidades firme de curto prazo ou interruptível, quando houver capacidade disponível e for permitido pelo Transportador, neste caso a Vendedora poderá também ser responsável pela contratação da capacidade de saída em casos específicos, e caso seja acordado entre as Partes.

5.1.1.10. No que se refere especificamente à Parcela de Transporte e/ou aos custos repassados por uma Parte à outra na forma do item 5.1.1 nas situações em que qualquer ato ou omissão do Transportador ou de outros carregadores que utilizem o Sistema de Transporte gere um prejuízo à outra Parte (incluindo as situações de falha no serviço de transporte, entrega de gás fora de especificação, dentre outras), a Parte que repassar tal custo tomará as medidas razoáveis para cobrar todas as compensações financeiras (indenizações, penalidades, multas) devidas pelo Transportador e/ ou por demais carregadores decorrentes do respectivo ato ou omissão que sejam devidas no âmbito dos Contratos de Transporte, ou com base na LEI aplicável e repassá-las, na medida em que recebidas, à Parte cujo custo foi repassado. As Partes reconhecem que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstas nos Contratos de Transporte serão igualmente aplicáveis ao presente Contrato, não gerando nenhuma obrigação suplementar à Parte que repassar o custo no sentido de indenizar determinados montantes, ou montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do Transportador ou de qualquer carregador, conforme aplicável.

5.1.1.11. Caso seja instaurada qualquer controvérsia no âmbito dos Contratos de Transporte sobre o pagamento da compensação financeira pelo Transportador ou carregador(es), conforme o item 5.1.1.10: (i) a Parte titular do direito relacionado a tal compensação financeira manterá a outra Parte informada sobre todas as negociações e medidas que estejam sendo tomadas para a cobrança da compensação financeira aplicável; (ii) caso a outra Parte entenda que a controvérsia deva ser discutida através da propositura de uma ação judicial ou instauração de um procedimento arbitral, as Partes deverão acordar a melhor estratégia, sempre em conformidade com as boas práticas, legislação aplicável e os mecanismos de resolução de controvérsias estabelecidos nos Contratos de Transporte; (iii) as Partes concordam que escolherão em conjunto os assessores jurídicos responsáveis pelo procedimento arbitral ou ação judicial, conforme o caso, sendo a Parte que efetivamente arcou com o custo objeto da demanda a única responsável pelo pagamento dos honorários dos assessores, dos custos do procedimento arbitral ou ação judicial, bem como de eventual honorários de sucumbência.

5.1.2. **Parcela da Molécula (PM).** A Parcela da Molécula (PM) aplicável à Quantidade Diária Programada (QDP) será calculada e atualizada, mensalmente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PM_t = (Fator \times BRENT_t) \times \frac{TC_t}{FC}, \text{ onde}$$

PM_t	É o valor da Parcela da Molécula (PM) calculada trimestralmente (t), expresso em R\$/m ³ nas Condições de Referência com Arredondamento na quarta casa decimal.
$Fator$	11,00%
$BRENT_t$	É a média trimestral das cotações diárias dos preços do Brent Dated Mid publicado no Platt's Crude Oil Marketwire (S&P Global Platts) (Código:PCAAS00), em US\$/bbl, com Arredondamento para quatro casas decimais, referentes aos meses m-3, m-2 e m-1 anteriores ao mês de reajuste "m" aplicável. Sem prejuízo do cálculo mensal da Parcela da Molécula (PM) nos termos deste item 5.1.2, fica estabelecido que os reajustes da parcela relativa ao $BRENT_t$ deverão ocorrer apenas nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada Ano.
TC_t	É a média das cotações diárias, relativa ao mês de fornecimento, do câmbio comercial de venda do dólar norte americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil (Série Código 001), com Arredondamento para quatro casas decimais.

FC	É o fator de conversão correspondente a 26,8081 m³/MMBTU nas Condições de Referência
----	--

5.1.2.1. A Vendedora tem a obrigação de fornecer em base diária, ao mesmo preço da PM, até 105% da QDC, quando for solicitado e programado pela Compradora junto à Vendedora.

5.1.2.2. Caso a Transportadora, por qualquer motivo, não programe os volumes eventualmente solicitados pela Compradora acima de 100% QDC e até o limite estabelecido no item 5.1.2.1, a Parcela de Transporte (PT) a ser paga pela Compradora para a Vendedora em relação à tais volumes deverá ser equivalente aos valores previstos no Contrato de Transporte para o Encargo de Serviço Excedente Não Autorizado, conforme item 5.1.1.4 (d), ficando a Compradora, nesse caso, obrigada a transferir, no Dia seguinte ao Dia em que se caracterizar a situação prevista neste item, tais Quantidades de Gás para a Compradora mediante realização de procedimento de troca de titularidade do gás, conforme procedimento previsto no Contrato de Transporte.

5.1.2.3. As Partes acordam também que, em eventual impossibilidade de programação de 5% acima da QDC por negativa do Transportador, conforme previsto no item 5.1.2.2 acima, tal situação não caracterizará falha de programação da Vendedora, conforme CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA.

5.1.2.4. Para quantidades solicitadas acima da flexibilidade do item 5.1.2.1, a Vendedora tem a opção de aceitar ou não, sendo certo as partes negociarão o Fator (F) multiplicador à parcela da Molécula (PM), resultando no PGA (Preço do gás adicional), assim como o valor da Parcela de Transporte (PT) aplicável e a modalidade de contratação do transporte, conforme o caso.

5.1.2.5. O volume adicional acima do item 5.1.2.1, bem como o valor das Parcelas da Molécula e de Transporte negociados e acordados entre as Partes, será formalizado por meio de Notificação a ser trocada entre as Partes, por e-mail.

5.1.2.6. O Preço do Gás Adicional será calculado da seguinte forma:

$$PGA = (F \times PMt) + PT \text{ onde:}$$

PGA	É o Preço do Gás Adicional em R\$/m³, Arredondado em quatro casas decimais.
F	É o fator multiplicador da Parcela da Molécula, a ser definido pela Vendedora conforme a disponibilidade para o período e fixado na Notificação a ser trocada entre os representantes das Partes, por e-mail.
PMt	É a Parcela de Molécula (PMt) calculada conforme item 5.1.2, expressa em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.
PT	É a Parcela de Transporte (PT) calculada conforme item 5.1.1, expressa em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.

5.1.2.7. O Preço do Gás (PG) e os Preços do Gás Adicional (PGA) não incluem quaisquer tributos existentes, devidos em decorrência direta deste Contrato ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

5.1.2.8. Para o cálculo do Preço do Gás (PG) e dos Preços do Gás Adicional (PGUA), em R\$/m³ (Reais por Metro Cúbico), nas Condições de Referência, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com Arredondamento em 04 (quatro) casas decimais.

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

6.1. Compromisso de Fornecimento da Vendedora.

Ressalvadas as situações Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Vendedora obriga-se a cada Dia, a nominar e programar a Quantidade Diária Solicitada (QDS) até o limite de 105% da Quantidade Diária Contratada (QDC) junto ao Transportador, em conformidade com a CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO. Caso a Vendedora não cumpra com tal compromisso e/ou o Transportador não programe por razões imputáveis à Vendedora, deverá pagar a penalidade estabelecida no item 6.2. As Partes concordam que em relação às Quantidades de Gás correspondentes aos 5% que superem 100% da QDC, deverá ser observado o disposto nos itens 5.1.2.2 e 5.1.2.3.

6.2. Indenização por Falha de Programação.

6.2.1 A Vendedora compromete-se a disponibilizar para a Compradora, no Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Programada (QDP), excetuadas as situações de Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte.

6.2.1.1 No caso de Falha de Fornecimento, ou falha de programação da Vendedora em determinado Dia, no Ponto de Entrega, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

$$QF = \sum_{j=1}^n (QDS - QDP) - \sum_{j=1}^n (QN_{fm} + QFSTi), \text{ sendo:}$$

$$P_{FF} = QF \times 30\% \times PM$$

Onde:

- i. “QF” significa a Quantidade de Gás por falha de fornecimento pela Vendedora no Ponto de Entrega, em m³ na Condição de Referência;
- ii. “QDP” significa a Quantidade Diária Nominada e Programada junto ao Transportador, em determinado Dia;
- iii. “QDS” significa a Quantidade Diária Solicitada pela Compradora, observadas as condições previstas na Cláusula 8ª;
- iv. “QN_{fm}” Somatório das quantidades de gás não disponibilizadas decorrente de caso fortuito ou força maior no respectivo período de apuração;
- v. “QFSTi” corresponde ao somatório das quantidades de gás que o Transportador não aceite programar para o Ponto de Entrada ou Ponto de Saída em decorrência de falha no serviço de transporte ou manutenção não-programada do Transportador no dia operacional em questão.
- vi. “P_{FF}” Penalidade por falha de fornecimento da Vendedora;
- vii. “PM” significa o Preço da Molécula, vigente no Dia em que ocorreu a Falha de Fornecimento, expressa em R\$/m³, com Arredondamento na quarta casa decimal.
- viii. “j e n” significam respectivamente o início do período de apuração e o final.

6.2.2 A penalidade estabelecida no item 6.2.1.1 é a única indenização aplicável à Vendedora em caso de Falha de Fornecimento. Nenhuma outra indenização será devida pela Vendedora, mesmo que as perdas e danos incorridos pela Compradora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE PROGRAMAÇÃO MÍNIMA DA COMPRADORA

Aplicar-se-ão para fins dos compromissos de programação do Gás os dispositivos desta cláusula.

7.1. Compromisso de Programação Mínima Mensal (PMM)

A partir da data de Início de Fornecimento, ressalvadas as situações de não programação de Gás por Falha de Programação ou Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Compradora obriga-se a cada Mês, a solicitar junto à Vendedora (QDS) e programar junto ao Transportador e, mesmo que não programe, pagar à Vendedora, a título de Programação Mínima Mensal (PMM), as Quantidades de Gás que sejam iguais a 85% da Quantidade Diária Contratada (QDC) na média diária do correspondente Mês.

7.1.1. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de Compromisso de Programação Mínima Mensal, a eventual Quantidade Não Programada (QNP) pela Compradora no correspondente Mês será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNP_{ToP} = \left(85\% * \sum_{j=1}^n QDC \right) - \sum_{j=1}^n (QF + QN_{fm} + QFSTi) - \sum_{j=1}^n (QDP)$$

Onde:

- i. “ QNP_{ToP} ” significa a Quantidade Não Retirada/Programada de Gás no correspondente Período de apuração, para fins de compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. “ QDC ” significa a Quantidade Diária Contratada vigente no Período de apuração;
- iii. “ QF ” soma das quantidades de gás não disponibilizadas decorrente de Falha de Fornecimento no respectivo período de apuração;
- iv. “ QN_{fm} ” Somatório das quantidades de gás não disponibilizadas decorrente de caso fortuito ou força maior no respectivo período de apuração;
- v. “ QDP ” significa a Quantidade Diária Programada no Ponto de Entrega;
- vi. “ $QFSTi$ ” corresponde ao somatório das quantidades de gás que o Transportador não aceite programar para o Ponto de Entrada ou Ponto de Saída em decorrência de falha no serviço de transporte ou manutenção não-programada do Transportador no dia operacional em questão.
- vii. “ j e n ” significam respectivamente o início do período de apuração e o final.

7.1.2. Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Quantidade Não Programada (QNP), na forma deste item, a Compradora deverá pagar o montante previsto no item 13.2, correspondente ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*), sem prejuízo do disposto nos demais itens da CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO.

7.1.3. Uma vez efetuado o pagamento referente ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*), os valores pagos pela Compradora correspondentes às Quantidades Não Programadas (QNP) no Mês em questão serão revertidos em crédito, em favor da Compradora, e somar-se-ão, no fechamento do Mês, ao saldo de créditos acumulados pela Compradora ao longo da vigência do Contrato em função de pagamentos relativos ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*), podendo ser compensados em faturas subsequentes na forma prevista no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** abaixo.

7.2. Recuperação de Valores Pagos por Quantidades Não Programadas - *Make Up*

7.2.1. A Compradora recuperará os créditos acumulados em função de pagamentos relativos ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*), até o limite do saldo existente, na forma abaixo:

- (a) Durante o prazo de vigência do Contrato, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação dos créditos acumulados em função de pagamentos relativos ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*) será automática no fechamento do Mês, devendo tais créditos serem compensados contra os valores dos Documentos de Cobrança relativos às Quantidades de Gás que tenham sido programadas, no Mês em questão, acima do compromisso de Programação Mínima Mensal (PMM) e até o limite da Quantidade Diária Contratada (QDC), em base mensal.
- (b) A recuperação do crédito acumulado pela Compradora em função de pagamentos relativos ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*) ficará limitada ao prazo de vigência do Contrato.
- (c) Caso a parcela do Documento de Cobrança relativa às Quantidades de Gás que tenham sido programadas, no Mês, acima do compromisso de Programação Mínima Mensal (PMM) e até o limite da Quantidade Diária Contratada (QDC), em base mensal, sejam insuficientes para compensar os créditos acumulados pela Compradora até o Mês em questão, o saldo de créditos será mantido pela Compradora e utilizado para compensação nos Meses subsequentes até que seja integralmente recuperado, ressalvado o disposto no item 7.2.1(d) abaixo.
- (d) Após o prazo previsto no item 7.2.1(b), na hipótese de haver saldo de créditos acumulados em função de pagamentos relativos ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*), a Compradora perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução pela Vendedora à Compradora dos valores pagos.

7.2.2. Os valores recuperados pela Compradora nos termos do item 7.2.1 acima serão deduzidos do saldo de créditos acumulados pela Compradora em função de pagamentos relativos ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*).

7.2.3. Na hipótese disposta no item 7.2.1(d), a Vendedora emitirá Documento de Cobrança para a Compradora referente aos tributos que sejam devidos em razão da receita que será reconhecida pela Vendedora por ocasião do término do prazo de recuperação de créditos acumulados pela Compradora em função de pagamentos relativos ao compromisso de Programação Mínima Mensal (*Take or Pay*).

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

8.1. Programação Mensal

8.1.1. A Compradora enviará mensalmente à Vendedora, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada Mês, Notificação contendo as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS), dentro do limite de até 105% da QDC, para o Mês em referência e para os 2 (dois) Meses subsequentes, no Ponto de Entrada.

8.1.2. A Notificação referida no item 8.1.1 explicitará as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS), para cada Dia, sendo certo que as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) serão limitadas à 105% da Quantidade Diária Contratual (QDC), conforme cláusula 5.1.2.1.

8.1.3. Caso não sejam enviadas as QDS para determinado Mês, nos termos do item 8.1.1, será considerada como QDS para os Dias do respectivo Mês a QDC.

8.1.4. A QDS enviada nos moldes do item 8.1.1 ou estabelecida na forma do item 8.1.3 deverá ser nominada pelas Partes, em seus respectivos Contratos de Transporte, na qualidade de carregadores, junto

ao Transportador, de forma a convertê-la respectivamente em Quantidades Diárias Programadas (QDP) para os Pontos de Entrada e de Saída, observados os itens 8.2 e 8.3 abaixo.

8.2. Programação Diária

8.2.1. A Compradora poderá alterar, dentro do limite estabelecido no item 8.1.1, a programação Diária anteriormente efetuada, até 01:00h (uma hora) antes do horário de programação previsto no Contrato de Transporte para o DIA anterior ao DIA do fornecimento, mediante envio de Notificação à Vendedora.

8.1.2.1. A alteração efetuada nos moldes do item 8.2.1 deverão ser nominadas pelas Partes junto ao Transportador, em seus respectivos Contratos de Transporte, e serão consideradas como QDP.

8.3. Programação Intradiária

8.3.1. A Compradora poderá, ainda, após o prazo estabelecido no item 8.2.1 acima, alterar, dentro do limite estabelecido no item 8.1.1, a programação Diária anteriormente efetuada até 01:00h (uma hora) antes do horário de alteração da programação intradiária previsto no Contrato de Transporte para o Dia do fornecimento, mediante envio de Notificação à Vendedora.

8.3.2. Caso a Compradora efetue uma programação intradiária nos termos do item 8.3.1, fica estabelecido que a nova Quantidade Diária Programada (QDP) para o dia de fornecimento, será calculada pela média ponderada pelas 17:00h (dezessete horas) de vigência da programação diária efetuada em conformidade com o item 8.1.1, correspondendo ao período entre 0:00h (zero horas) e 17:00h (dezessete horas) do DIA de fornecimento e 7:00h (sete horas) de vigência para a alteração da programação intradiária, em conformidade com o item 8.3.1, correspondendo ao período entre 17:00h (dezessete horas) e 24:00h (vinte e quatro horas) do DIA de fornecimento, sendo:

$$QDP_{ponderada} = (QDP_{(D-1)} \times 17 + QDP_{(D)} \times 7) / 24 \text{ horas; onde:}$$

QDP _{ponderada}	-	Significa a Quantidade Diária Programada quando houver alteração intradiária no Dia do fornecimento.
QDP _(D-1)	-	Significa a Quantidade Diária Programada no Dia anterior ao Dia do fornecimento.
QDP _(D)	-	Significa a Quantidade Diária Programada no Dia do fornecimento (intradiária).

8.3.3. A programação intradiária deverá observar os limites de capacidade do sistema de Transporte e eventuais flexibilidades garantidas pelo Transportador à Vendedora para fins de alteração da programação intradiária deverão ser repassadas para a Compradora.

8.3.4. As quantidades diárias solicitadas nos termos do item 8.1.1, serão obrigatoriamente aceitas pela Vendedora.

CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. O Ponto de Entrega, sua localização e capacidade estão estabelecidas no Apêndice I, o qual é parte integrante e indissociável do presente Contrato.

9.2. O Gás será disponibilizado pela Vendedora para custódia do Transportador no Ponto de Entrada do sistema de Transporte e permanecerá sob custódia e responsabilidade do Transportador até a entrega à Compradora no(s) Ponto(s) de Saída, sendo certo que uma Parte não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pelo Transportador, de seu dever de custódia.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO

10.1. As Partes reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos Sistemas de Medição do Gás estão estabelecidas nos Contratos de Transporte, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste Contrato. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela Vendedora no presente Contrato em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do Transportador, as Partes concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no Contratos de Transporte.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O Gás a ser entregue pela Vendedora no Ponto de Entrega, deverá apresentar as características de qualidade que atendam às especificações previstas no Regulamento Técnico ANP nº 2/2008 anexo à Resolução ANP nº 16/2008, ou especificação diversa, expressamente definida entre as Partes, e desde que respeitadas as condições de entrega acordadas entre todas as partes envolvidas e os limites de emissão de poluentes fixados pelo órgão ambiental ao qual caiba tal atribuição, nos termos do artigo segundo, parágrafo único da Resolução ANP nº 16/2008 (“ESPECIFICAÇÕES DE QUALIDADE DO Gás”).

11.2. As Partes reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do Gás estarão estabelecidas nos Contratos de Transporte, devendo os Contratos de Transporte, para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições técnicas específicas estabelecidas neste Contrato. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela Vendedora no presente Contrato em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do Transportador, as Partes concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos Contratos de Transporte.

11.3. A determinação das características do Gás entregue no Ponto de Saída será de responsabilidade do Transportador.

11.4. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS), assim como outras propriedades do Gás, nos Pontos de Entrada e nos Pontos de Saída, serão efetuadas de acordo com as regras dos Contratos de Transporte.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS

12.1. Para fins do presente Contrato, as Partes não poderão realizar Paradas Programadas.

CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de regular de Gás em um dado Mês, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = \left(PG \times \sum_{j=1}^n QDP \right) + \left(PGA \times \sum_{j=1}^n QDP_a \right) + \left(PG \times \sum_{j=1}^n QTT \right)$$

Onde:

- i. “FAT” significa o valor do faturamento regular pelo fornecimento do Gás, a ser pago pela Compradora, na forma prevista neste Termos e Condições Gerais;
- ii. “PG” significa o Preço do Gás, somatório das parcelas da molécula (PM) e do transporte (PT), expresso em R\$/m³, acrescido dos tributos aplicáveis;

Página 18 de 38

- iii. “QDP” significa a Quantidade Diária Programada no Dia no Ponto de Entrega.
- iv. “j e n” significam respectivamente o início do período de apuração e o final.
- v. “PGA” significa Preço de Gás Adicional para programação acima da QDC, conforme as condições estabelecidas nos itens 5.1.2.4 e seguintes.
- vi. “QDP_a” significa a Quantidade de Gás programada acima do limite estabelecido no item 5.1.2.1.
- vii. “QTT” significa a Quantidade de Gás acima de 100% da QDC e até o limite de 105% da QDC, que não tenha sido programada pelo Transportador para as Partes no Dia, mas tenha sido transferida para a Compradora mediante aplicação do procedimento de troca de titularidade previsto no item 5.1.2.2, conforme aplicável.

13.2. O valor a ser pago pela Compradora à Vendedora, a título de Programação Mínima Mensal (PMM), caso seja apurada Quantidade Não Programada (QNP) em determinado Mês, na forma do item 7.1.1, será o produto da Quantidade Não Programada (QNP) pela Parcela da Molécula vigente no último Dia do Mês em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{TOP} = QNR_{TOP} \times PM$$

Onde:

- i. “FAT_{TOP}” significa o valor a ser pago pela Compradora à Vendedora, em razão do não cumprimento do compromisso de retirada (“Take or Pay”);
- ii. “QNP_{TOP}” significa a Quantidade Não Programada no Mês, calculada na forma do item 7.1.1, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- iii. “PM” significa o valor da Parcela da Molécula, expresso em R\$/m³, previsto no item 5.1.2, com arredondamento na quarta casa decimal.

13.3. Para fins dos itens 13.1 e 13.2, o valor final a ser faturado sofrerá o Arredondamento na segunda casa decimal e será acrescido dos tributos e encargos aplicáveis antes do efetivo faturamento.

13.4. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.4.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer Parte, no âmbito do presente Contrato, será realizada Mensalmente, após o correspondente Mês a que se refiram, através da emissão dos respectivos Documentos De Cobrança.

13.5. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.5.1. Os Documentos de Cobrança deverão ser apresentados até o 5º (quinto) Dia Útil após o último Dia do correspondente Período de Faturamento. Os Documentos de Cobrança relativos às penalidades, Encargos de Capacidade Não Utilizada (ECNU) e os decorrentes dos compromissos de Programação Mínima Mensal (Take or Pay) serão emitidos separadamente dos Documentos de Cobrança relativos aos fornecimentos de Gás.

13.5.2. Os documentos de crédito relativos à recuperação de valores pagos pela Compradora por Quantidades Não Programadas (QPN) no Mês, conforme item 7.1.3, deverão ser apresentados à Compradora juntamente com os Documentos de Cobrança previstos no item 13.6.1.

13.6. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

13.6.1. Os valores dos Documentos de Cobrança deverão ser pagos, em moeda corrente, até 15 (quinze) Dias corridos contados do recebimento do respectivo Documento de Cobrança. Em caso de atraso na apresentação do Documento de Cobrança, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de Dias Úteis de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.6.2. Na hipótese de atraso pela Compradora no pagamento de qualquer valor incontroverso no Documento de Cobrança, a Vendedora deverá enviar Notificação para a Compradora informando o valor em atraso (“Notificação de Atraso no Pagamento”). A partir da Notificação de Atraso no Pagamento, a Compradora terá prazo de 10 (dez) Dias para regularização do pagamento. Caso a Compradora não regularize os pagamentos no prazo estabelecido após o recebimento da Notificação de Atraso no Pagamento, incluindo o valor dos Encargos Moratórios, a Vendedora ficará autorizada a executar as Garantias de Pagamento, conforme disposto na CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE PAGAMENTOS, caso se apliquem, e interromper o fornecimento de Gás.

13.7. Tributos e Encargos.

13.7.1. O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do Gás serão incluídos na fatura ou suportados pela Compradora e destacados no Documento de Cobrança, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.7.2. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do Gás, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das Partes pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela Parte que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de Documento de Cobrança emitido de acordo com os itens 13.5 e 13.6.

13.7.3. As Partes se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) Dias contados do envio da Notificação realizada pela outra Parte, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.7.4. Na eventualidade de existência de situação tributária específica à Compradora ou à Vendedora que acarrete suspensão, redução, isenção, não incidência ou diferimento nas operações previstas no presente instrumento, a Compradora ou à Vendedora, conforme o caso, fornecerá, em até 2 (dois) dias úteis antes da apresentação de Documentos de Cobrança, nos termos do item 13.6 e 13.7, todos os documentos necessários para sua correta aplicação. Caso tal documentação não seja tempestivamente apresentada, a Vendedora ou a Compradora, conforme o caso, aplicará a legislação em vigor sem considerar a situação tributária específica, não se sujeitando ao enquadramento como valor controverso, nos moldes do item 13.9.

13.7.5. Se durante o prazo de vigência do Contrato ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no Ponto de Entrada, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da Vendedora, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.7.6. A revisão prevista no item 13.7.5, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da Vendedora, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do Gás, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da Vendedora.

13.7.7. O PG será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.7.8. A Compradora fornecerá as informações necessárias relativas ao faturamento, inclusive as decorrentes de substituição tributária para a correspondente análise e expressa aceitação por parte da Vendedora. Após tal análise, caso a Vendedora fature com informações diferentes das fornecidas pela Compradora, todos os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidárias da Compradora serão suportadas pela Vendedora e compensadas na primeira oportunidade, do valor dos tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

13.7.9. Se ficar constatado que, por ocasião da emissão do Documento de Cobrança, a Vendedora aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste Contrato em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, desde que a Compradora apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos.

13.7.10. Se a Vendedora constatar que algum dos tributos devidos em decorrência direta deste Contrato foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo tributo, será cobrado da Compradora mediante emissão de notas fiscais complementares, tal como previsto na legislação aplicável.

13.8. ENCARGOS MORATÓRIOS.

13.8.1. No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma Parte à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com Arredondamento em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do Documento de Cobrança e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

13.9. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.9.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra Parte e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente Documento de Cobrança, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A Parte que discordar deverá, até a data de vencimento do Documento de Cobrança, enviar Notificação à outra Parte, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do Documento de Cobrança e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;
- (b) No prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data do pagamento e/ou notificação a que se refere o item “a”, a Parte reclamada deverá Notificar a Parte reclamante sobre o valor controvertido, sendo que:
 - (i) Se a Parte reclamada concordar com a Parte reclamante, enviará Notificação informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso. Na oportunidade, o Documento de Cobrança deverá ser retificado, conforme o caso; e

- (ii) se a Parte reclamada não concordar com a Parte reclamante, enviará Notificação de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste Contrato.

13.10.2 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma Parte à outra, a Parte que discordar da importância já paga enviará Notificação sobre a controvérsia à outra Parte, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia.

13.10.3 No prazo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da Notificação do item 13.10.2, a Parte reclamada deverá Notificar a Parte reclamante sobre o valor controvertido, sendo que:

- (a) se a Parte reclamada concordar com a Parte reclamante, restituirá à Parte reclamante a importância objeto da controvérsia, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da Notificação mencionada no item 13.10.2, acrescidos dos Encargos Moratórios, excluída a Multa; ou
- (b) se a Parte reclamante concordar com as justificativas da Parte reclamada, ficará encerrada a controvérsia; ou
- (c) se a Parte reclamante não concordar com as justificativas apresentadas pela Parte reclamada na Notificação do item 13.10.2, enviará Notificação de seu desacordo, em até 10 (dez) Dias após o recebimento da Notificação do item 13.10.3, e a controvérsia poderá ser submetida aos mecanismos previstos neste Contrato.

13.10.4 Havendo renúncia ou revisão do entendimento de qualquer das Partes, esta deverá ser realizada por meio de Notificação à outra Parte, e, se for o caso, anexar ao processo judicial, extinguindo-se a controvérsia, devendo a Parte que renunciar arcar com os custos e despesas comprovadamente incorridos em eventual procedimento de solução de controvérsia, restituindo os valores desembolsados pela outra Parte, mediante emissão de Documento de Cobrança, com a comprovação dos custos e despesas.

13.10.5 Todos os pagamentos previstos no item 13.10 deverão seguir os procedimentos, prazos e Encargos Moratórios (quando houver atraso) previstos nesta Cláusula.

CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses, de forma comprovada, constituirá Evento de Inadimplemento de quaisquer das Partes:

- (a) declaração de insolvência ou falência de qualquer das Partes ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência, entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer autoridade governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do Contrato e comprovadamente inviabilize a sua continuidade;
- (b) perda de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do Contrato;
- (c) violação da Cláusula 21ª do Contrato;
- (d) o não pagamento por qualquer das Partes, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer Documento de Cobrança que lhe seja apresentado pela outra Parte ou, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das Partes do estabelecido no item 13.10;
- (e) o descumprimento pelas Partes de obrigações substanciais estabelecidas no Contrato e que gerem prejuízos efetivos e relevantes à outra Parte, formalizado pelo envio de Notificação da Parte adimplente à Parte inadimplente, caracterizando tal descumprimento;

- (f) cessação parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, em desacordo com a Cláusula 17ª;
- (g) o não cumprimento pelas Partes do objeto do Contrato;
- (h) não oferecimento, substituição, complementação ou renovação, mediante notificação previa, pela Compradora, da Garantia De Pagamentos, no prazo estipulado na Cláusula 23ª;
- (i) Falha de Fornecimento por mais de 30 (trinta) Dias corridos ou 60 (sessenta) Dias alternados, independentemente da aplicação da penalidade correspondente.

14.2. Caracterizado um Evento de Inadimplemento de qualquer das Partes dentre os listados nas alíneas (a) a (i) do item 14.1, a Parte que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do Contrato mediante envio de Notificação, com 10 (dez) Dias de antecedência da data prevista para a resolução do Contrato.

14.3. Caracterizado um Evento de Inadimplemento de qualquer das Partes dentre os listados nas alíneas (c) a (i) no item 14.1, a Parte que esteja adimplente, enviará Notificação à outra Parte para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 30 (trinta) Dias contados do recebimento da referida Notificação.

14.4. Sem prejuízo do disposto no item 14.3, enquanto o Evento de Inadimplemento não seja totalmente sanado, a Vendedora estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de Gás, com sua respectiva Quantidade Diária Solicitada (QDS), e a efetuar a entrega de qualquer Quantidade de Gás. Eventual tolerância pela Vendedora em suspender a entrega de Gás não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

14.5. Caso a Vendedora suspenda a entrega de Gás em razão de um evento de Inadimplemento, a Compradora continua obrigada a cumprir com suas demais obrigações do contrato.

14.6. Uma vez sanado qualquer Evento de Inadimplemento Notificado conforme item 14.3, as obrigações das Partes no Contrato serão restabelecidas e as Partes não mais terão o direito de resolver o Contrato com base em tal inadimplemento.

14.7. Na hipótese do item 14.3 acima, a Parte que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente Contrato desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 30 (trinta) Dias estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de Notificação à Parte inadimplente, com no mínimo 10 (dez) Dias de antecedência da data prevista para resolução do Contrato.

14.8. Na hipótese de resolução deste Contrato, a Parte inadimplente deverá pagar à outra Parte, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$$VInd = 0,3 \times QDC \times DF \times PM, \text{ onde:}$$

<i>VInd</i> :	É o valor de indenização a ser pago pela Parte inadimplente à outra Parte em R\$.
<i>QDC</i> :	É a Quantidade Diária Contratada (QDC) vigente na data da efetiva resolução do Contrato.
<i>DF</i> :	É a quantidade de Dias faltantes para o término do prazo de vigência do Contrato.
<i>PM</i> :	Corresponde à Parcela De Molécula (PM) vigente na data da efetiva resolução do Contrato.

14.8.1. Sem prejuízo dos itens 14.8 e 14.9 abaixo, acordam as Partes que o valor estipulado no item 14.8 representa a totalidade de indenização exigível da Parte inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.8.2. Na hipótese de rescisão imotivada do Contrato, a Parte solicitante se sujeitará ao pagamento do Valor de Indenização da Resolução (VIR) à outra Parte.

14.8.3. A Parte adimplente emitirá um Documento de Cobrança à Parte inadimplente com o valor, acrescido dos tributos, correspondente ao Valor de Indenização da Resolução (VIR), detalhando o seu cálculo. O Documento de Cobrança deverá ser pago em até 30 (trinta) Dias após a data de sua emissão.

14.8.4. Caso o Contrato seja resolvido antecipadamente conforme item 14.2 ou 14.3, as seguintes regras serão aplicadas com relação à Quantidade Paga e Não Programada (QPNP):

- (a) caso a Vendedora seja a Parte inadimplente que tenha dado causa à resolução do Contrato pela Compradora, a Vendedora deverá pagar à Compradora, no prazo previsto no item 14.8.3 o montante correspondente ao eventual resíduo de Quantidade Paga e Não Programada (QPNP), vigente na data da resolução do Contrato, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela Compradora à Vendedora nos termos deste Contrato;
- (b) caso a Compradora seja a Parte inadimplente que tenha dado causa à resolução do Contrato pela Vendedora, o montante correspondente ao eventual saldo de Quantidade Paga e Não Programada (QPNP), limitado ao volume equivalente a 365 (trezentos e sessenta e cinco) Dias de Quantidade Diária Contratual (QDC), será reduzido do Valor de Indenização da Resolução (VIR) a ser paga pela Compradora à Vendedora. Caso o valor da Quantidade Paga e Não Programada (QPNP) seja superior ao Valor de Indenização da Resolução (VIR) a ser paga pela Compradora à Vendedora, a Vendedora deverá pagar à Compradora, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela Compradora à Vendedora, a diferença entre o valor correspondente à Quantidade Paga e Não Programada (QPNP), observado o limite acima, e o Valor de Indenização da Resolução (VIR).

14.8.5 O Contrato poderá ser resolvido por qualquer das Partes, mediante envio de Notificação por escrito à outra Parte, sem responsabilidade alguma de qualquer Parte perante a outra Parte, nas seguintes ocorrências:

- (a) por mútuo acordo das Partes;
- (b) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de Gás em sua totalidade em razão de Caso Fortuito ou Força Maior por um período continuado maior que 12 (doze) MESES;
- (c) pela extinção da concessão sem culpa da Compradora.

14.8.6 A resolução do Contrato, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 14.8, não eximirá as Partes do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra Parte até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões do Contrato sobre sigilo e confidencialidade, incidências tributárias e solução de controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

14.8.7 O inadimplemento de qualquer das Partes em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no Contrato nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Caracteriza-se como Caso Fortuito ou Força Maior, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das Partes e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da Parte Afetada;
- (b) a Parte Afetada, e/ou suas Afiliadas, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da Parte Afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela Parte Afetada, de uma ou mais obrigações previstas neste Contrato.

15.2. Abrangência

15.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de Caso Fortuito ou Força Maior, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de Caso Fortuito ou Força Maior qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição accidental de instalações, ainda que parcial, da Parte Afetada ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (d) a entrada em vigor de Lei nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer Lei em vigor, na forma do ordenamento jurídico aplicável as atividades necessárias ao fornecimento de Gás objeto deste Contrato, após a data de assinatura do Contrato que impeça, total ou parcialmente, o cumprimento das obrigações de fornecimento e/ou recebimento de Gás previstas neste Contrato por qualquer das Partes.
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da Parte Afetada por qualquer órgão público que tenha competência sobre as Partes ou sobre as operações previstas neste Contrato.
- (f) um comprovado e documentado evento de Caso Fortuito ou Força Maior que afete o sistema de produção, processamento, escoamento, terminais, ou transporte do necessário para atendimento deste Contrato.
- (g) um comprovado e documentado evento de Caso Fortuito ou Força Maior que afete o sistema de distribuição da Compradora necessário para o recebimento do Gás.
- (h) Qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pela Vendedora com terceiros referentes ao transporte e/ou à compra e venda de gás, necessário ao fornecimento do Gás objeto do Contrato, e que seja comprovadamente caracterizado como Caso Fortuito ou Força Maior, conforme definido nesta cláusula.

15.2.3. A isenção de responsabilidade prevista nesta Cláusula somente se aplicará às obrigações da Parte Afetada cujo cumprimento tenha sido comprovada e diretamente afetado pelo evento de Caso Fortuito ou Força Maior. A ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior não eximirá a Parte Afetada do cumprimento de obrigações que tenham se tornado devidas e exigíveis antes da sua ocorrência.

15.3. Eventos excluídos.

Apenas a título meramente exemplificativo, as Partes concordam que os eventos abaixo relacionados não serão considerados como Caso Fortuito ou Força Maior :

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da Parte Afetada, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do Gás em geral.
- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à Parte Afetada, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados.
- (d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Parte Afetada neste Contrato.
- (e) Mudança de Lei, exceto mudanças que impeçam, total ou parcialmente, o cumprimento das obrigações de fornecimento e/ou recebimento de Gás previstas neste Contrato por qualquer das Partes, conforme item 15.2.
- (f) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste Contrato.
- (g) atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Parte Afetada neste Contrato, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior

15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como Caso Fortuito ou Força Maior, deverão ser adotadas pela Parte Afetada as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar Notificação à outra Parte e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela Parte Afetada, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do Contrato o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra Parte informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar Notificação à outra Parte da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir às outras Partes, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da Parte que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4 com a comprovação da ocorrência do Caso Fortuito ou Força Maior, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da Parte Afetada.

- (g) Sendo a Parte Afetada a Vendedora: não tratar a Compradora de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de Gás de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de Caso Fortuito ou Força Maior que afete a capacidade da Vendedora de entregar Gás natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de Gás empregado para fins deste Contrato.

15.4.1. Caso a Notificação de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das Partes em decorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2. Na hipótese de a Notificação ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de Caso Fortuito ou Força Maior somente se produzirão a partir da data do recebimento da Notificação.

15.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum Caso Fortuito ou Força Maior eximirá as Partes de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de Caso Fortuito ou Força Maior, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no Contrato.

15.6. Efeitos no Contrato.

Com a ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, as Partes, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de Caso Fortuito ou Força Maior caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao Caso Fortuito ou Força Maior.

15.7. A Quantidade de Gás que não possa ser entregue pela Vendedora em função de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior será abatida dos compromissos de programação do Contrato.

15.8. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior enquanto perdurar a controvérsia, o evento de Caso Fortuito ou Força Maior produzirá seus efeitos sobre as obrigações do Contrato.

15.9. Caso a Sentença Arbitral determine que não ocorreu o Caso Fortuito ou Força Maior ou a Parte que a alegou mude seu entendimento, a Parte que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no Contrato devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de Caso Fortuito ou Força Maior.

CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

16.1. O Contrato será regido pelas leis brasileiras e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas conforme o ordenamento jurídico brasileiro.

16.2. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do Contrato, as Partes, antes de qualquer outra medida, enviarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer conflito decorrente ou relacionado com o Contrato.

16.3. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do Contrato, as Partes poderão recorrer ao Poder Judiciário.

16.4. Caso o conflito ou controvérsia não sejam solucionados amigavelmente, na forma do item 16.2 ou caso as Partes renunciem ao direito de recorrerem à jurisdição estatal, a controvérsia, por acordo entre as Partes, poderá ser resolvida por Arbitragem.

16.5. Na hipótese de as Partes optarem pela Arbitragem, a Câmara de Comércio Internacional (CCI) deverá administrar o conflito, de acordo com o seu Regulamento de Arbitragem.

16.6. MEDIAÇÃO

16.6.1. Optando-se pela Arbitragem, antes de instaurar tal procedimento, deverá ser realizado um procedimento de Mediação, a ser iniciado por qualquer uma das Partes. Tal Mediação será conduzida pela Câmara de Comércio Internacional (CCI) e instaurada e realizada na forma das regras da Câmara. Fica desde já acordada a duração de 30 (trinta) DIAS para o procedimento de Mediação.

16.7. PERITAGEM

Ao final da Mediação, no caso de optar-se pela Arbitragem nos termos das cláusulas 16.3 e 16.4, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as Partes darão início, no prazo de 10 (dez) dias contados do término da Mediação, a um procedimento de Peritagem, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as Partes no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da Peritagem, cada uma das Partes consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de Peritagem. Após isto, qualquer uma das Partes poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da Peritagem) à Arbitragem. Caso no curso da Arbitragem, seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à Peritagem, a Parte que consignou sua posição pela inaplicabilidade da Peritagem sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na Arbitragem. Além disso, o Tribunal Arbitral ou Árbitro Único, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da Parte como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

- (a) Entendendo-se que a Peritagem é aplicável à controvérsia, as Partes deverão, no prazo de 30 (trinta) dias contados do término da Mediação, eleger o Perito responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do Perito no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo Perito e o valor máximo que se pagará como honorários do Perito.
- (b) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as Partes não chegarem a um consenso sobre o Perito a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o Perito escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de Peritagem e qualquer uma das Partes poderá dar início ao procedimento de Arbitragem, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

16.7.1. Nomeado o Perito e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O Perito:

- (a) Apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão-somente nos fatos e dados apresentados pelas Partes ou documentos técnicos públicos;
- (b) Decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas Partes;
- (c) Manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (d) Notificará previamente à outra Parte, qualquer reunião que tencione realizar com uma Parte, facultando àquela outra a participação no referido encontro;

- (e) Determinará um prazo para envio de documentos pelas Partes e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.
- (f) Poderá requerer às Partes quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

16.7.2. Cada Parte terá, em relação ao Perito e à outra Parte, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de Peritagem:

- (a) Enviar ao Perito, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (b) Dispor para o Perito, no prazo máximo de 10 (dez) dias da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o Perito julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- (c) Enviar simultaneamente à outra Parte cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (d) Arcar com os respectivos custos para envio das informações ao Perito e à outra Parte, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada Parte;
- (e) Arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de Peritagem, entre os quais honorários do Perito;
- (f) Participar de quaisquer reuniões do Perito com a outra Parte;
- (g) Comentar ou contestar informações enviadas pela outra Parte ao Perito, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) dias de recebimento de tais informações.

16.7.3. Ao término do procedimento de Peritagem, que se dará com a entrega do laudo final pelo Perito, as Partes deverão no prazo de 10 (dez) dias decidir se iniciarão novo procedimento de Mediação, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo Perito.

16.7.4. Caso decidam por não proceder com nova Mediação, quaisquer das Partes poderá dar início à Arbitragem sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na Peritagem será considerado como prova na Arbitragem e às Partes será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na Peritagem; e (ii) os custos incorridos por uma Parte na Peritagem deverão ser reembolsados pela Parte perdedora da Arbitragem, devendo tal reembolso constar da Sentença Arbitral. Após a decisão final, a Parte vencedora será reembolsada, pela Parte perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a Peritagem, incluindo os honorários do Perito.

16.8. ARBITRAGEM

16.8.1. Se as Partes optarem pela Arbitragem esta será conduzida e de acordo com o regulamento da Câmara de Comércio Internacional (CCI), exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do Contrato, hipótese na qual prevalecerão as disposições do Contrato, e será realizada na Cidade de Florianópolis/Brasil. A Arbitragem será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costume, aplicando-se a Lei brasileira.

16.8.2. O idioma de Arbitragem e da sua decisão será o português.

16.8.3. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) membros, escolhidos nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI).

16.8.4 A Sentença Arbitral deverá ser emitida por escrito e será vinculante para as Partes. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em Lei.

16.8.5. Optando-se pela Arbitragem, após as partes renunciarem ao direito de recorrerem à jurisdição estatal, cada uma das Partes se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Obter concessão de tutelas de urgência (cautelares de proteção de direitos ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem ou com a Lei n.º 9.307/1996, previamente à instituição da Arbitragem, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em Arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à Arbitragem.
- (b) Executar qualquer decisão da Arbitragem, inclusive, mas não exclusivamente, da Sentença Arbitral.
- (c) Pleitear a nulidade da Sentença Arbitral, nas hipóteses permitidas em LEI.

16.8.6 Fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para as ações cautelares de que tratam os itens 16.8.5 ou para qualquer pleito que, por sua natureza, não possa ser decidido pela via arbitral.

16.8.7 A existência, o conteúdo e as decisões da Arbitragem serão mantidos em sigilo pelas Partes.

CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1. O Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido, empenhado ou de outra forma gravado, salvo (i) com o consentimento por escrito da outra Parte ou (ii) caso a cessão total do Contrato seja realizada a uma Afiliada da Parte cedente.

CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do Contrato serão considerados como Notificação qualquer comunicação entre as Partes cujo recebimento possa ser provado pela Parte emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As Partes indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as Notificações, efetuadas por escrito, relacionadas ao Contrato:

(a) VENDEDORA

Henrique Caldas Baeta e Guilherme Bevilaqua de Miranda Valverde
henrique.baeta@mgascomercializadora.com.br;
guilherme.valverde@mgascomercializadora.com.br;
comercial@mgascomercializadora.com.br
R. Aníbal de Mendonça, 132 – 5º andar, Rio de Janeiro | RJ | 22410-050.

(b) COMPRADORA

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
Fone: 48-3229-1200
A/C: Gerência de Suprimento de Gás - GEGAS
Plantão Emergencial: 0800 48 5050
Fax: (48) 3229-1123
Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial:gegas@scgas.com.br

18.2. Serão válidas ainda como Notificação quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma Parte a outra Parte, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das Partes, conforme a seguir:

(a) VENDEDORA

MGAS Comercializadora de Gás Natural Ltda.- MGAS
A/C: Henrique Caldas Baeta e João Paulo Silva
henrique.baeta@mgascomercializadora.com.br;
joaopaulo.silva@mgascomercializadora.com.br;
operacao@mgascomercializadora.com.br
R. Aníbal de Mendonça, 132 – 5º andar, Rio de Janeiro | RJ | 22410-050.

(b) COMPRADORA

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
Fone: 48-3229-1200
A/C: Gerência de Suprimento de Gás - GEGAS
Plantão Emergencial: 0800 048 5050
Correios eletrônicos (e-mails):
Programação: programacaogn@scgas.com.br
Medição e Qualidade: qualidadegn@scgas.com.br

18.3. Qualquer uma das Partes terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante Notificação transmitida à outra Parte.

18.4. Qualquer Notificação será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no Contrato de forma diversa.

18.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, as Partes deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os Dias, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. As Partes obrigam-se, pelo prazo de duração do Contrato e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente Contrato, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente Contrato, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2. As Partes se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente Contrato divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas

19.4. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a Parte infratora venha a causar à outra Parte. Em nenhuma hipótese as Partes serão responsabilizadas por perdas e danos indiretos e lucros cessantes.

19.5. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da Parte.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente Contrato.
- (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das Partes estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a Parte que divulgou a informação dar ciência à outra Parte.
- (e) a informação ter sido divulgada a empresas Afiliadas de qualquer Parte, seus diretores, empregados, prepostos e contratados, desde que estes se comprometam a observar os mesmos deveres de confidencialidade aqui previstos.
- (f) para qualquer órgão público, desde que exigido por Lei.

CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO

20.1. Na eventualidade de uma das Partes deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no Contrato só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da Parte renunciante.

CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este Contrato:

21.2. Cada Parte declara, garante e se compromete (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13.

21.2.1. Cada Parte declara, garante e se compromete que ela e suas Afiliadas cumprirão as Leis Anticorrupção.

21.2.2. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este Contrato, cada Parte declara e garante que (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à Parte.

21.2.3. Cada Parte declara, garante e se compromete que (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra Parte, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão da outra Parte, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este Contrato.

21.2.4. Cada Parte declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente Contrato ou em qualquer assunto relacionado a este Contrato, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a Parte viole os compromissos assumidos nas cláusulas 21.2.2 e 21.2.3 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VINTE E UM – Conduta das Partes.

21.2.5. As Partes declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

21.3. Cada Parte deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.2.1, 21.2.2 e 21.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à Parte; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da Parte, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da Parte; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do Contrato e (v) cumprir a legislação aplicável.

21.4. Cada Parte deverá defender, indenizar e manter a outra Parte isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela Parte Indenizante e suas Afiliadas.

21.5. Cada Parte declara e garante que reportará à outra Parte qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer Parte ou suas Afiliadas para a Parte notificante.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

22.1.1. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste Contrato, tal disposição será considerada completamente independente do Contrato. Este Contrato será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

22.1.2. Na hipótese do item 22.1.1, as Partes, através de aditivos ao Contrato, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as Partes entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

22.2. Modificação das cláusulas contratuais.

Este Contrato não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as Partes.

22.3. Declarações e garantias.

As Partes declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do Contrato:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente Contrato e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente Contrato na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.

- (c) A celebração deste Contrato e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das Partes; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às Partes; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das Partes de celebrar e cumprir as disposições do presente Contrato.
- (d) A Vendedora obteve todas as licenças necessárias e dispõe, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do gás natural, bem como da capacidade de produção, transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desse Contrato, durante todo o seu prazo.

22.4. Cuidado com o meio ambiente

As Partes se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste Contrato, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;
- (c) estímulo ao uso racional e eficiente do gás natural; e
- (d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

22.5. Completude do Contrato.

Este Contrato representa o acordo final das Partes tendo sido livremente negociado e redigido pelas Partes em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das Partes com relação ao seu objeto.

22.6. Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término do presente Contrato (antecipado ou não), as Partes acordam, desde já, que as Cláusulas 16 e 20 deverão sobreviver ao término do Contrato, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

22.7. Valor estimado do Contrato.

As Partes concordam que o valor total estimado deste Contrato é de R\$ 70.011.055,64 (setenta milhões, onze mil e cinquenta e cinco Reais e sessenta e quatro centavos).

22.8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

As Partes devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) - LGPD, assumindo, de forma ilimitada perante a outra Parte, toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos que realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE PAGAMENTOS

23.1. A Compradora deverá comprovar a qualidade de seu crédito, que será analisado pela Vendedora seguindo suas diretrizes de avaliação de crédito.

23.1.1. Sempre que solicitado, a Compradora encaminhará à Vendedora, em até 10 (dez) Dias, os demonstrativos contábeis legais, bem como quaisquer outras informações que permitam a Vendedora efetuar a análise da estrutura econômico-financeira da Compradora.

23.1.2. Com base na análise da estrutura econômico-financeira, a Vendedora determinará o respectivo limite de crédito corporativo para a Compradora.

23.2. Caso a qualidade do crédito apresentada pela Compradora esteja dentro dos limites aceitáveis pela Vendedora, será concedido limite de crédito corporativo pela Vendedora para a Compradora.

23.3. Caso o limite de crédito corporativo concedido pela Vendedora, conforme item 23.2, seja inferior ao valor requerido de garantia de pagamentos, a Compradora obriga-se a instituir garantia de pagamentos conforme item 23.4, descontando-se da garantia de pagamentos o montante concedido de limite de crédito corporativo descrito no item 23.2.

23.3.1. O limite de crédito corporativo será revisto anualmente ou em periodicidade inferior, a critério da Vendedora.

23.3.2. O valor requerido de garantia de pagamentos é resultado do produto de (i) 60 (sessenta) vezes a Quantidade Diária Contratada pelo (ii) Preço de Venda do Gás (PG).

23.4. Observado o disposto no item 23.3, a Compradora deverá oferecer à Vendedora uma das garantias de pagamento descritas abaixo em montante correspondente a diferença entre o valor requerido de garantia de pagamentos e o limite de crédito corporativo:

- (a) realização de depósito de recursos em conta vinculada específica aberta em favor da Vendedora ("escrow account").
- (b) apresentação de Carta de Fiança Bancária, emitida em favor da Vendedora, por uma instituição financeira com sede no Brasil, com prazo de vigência de pelo menos 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, para assegurar o pagamento dos valores devidos pela Compradora à Vendedora nos termos do presente Contrato, com exceção das verbas rescisórias previstas na CLÁUSULA 14 - INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO, e que possua:
 - (i) ao menos uma classificação em escala global de longo prazo igual ou superior a BBB-pela Standard & Poors, Baa3 pela Moody's e BBB- pela Fitch, além de credit default swap (CDS) inferior a 300 pontos base; ou
 - (ii) ao menos uma classificação em escala local de longo prazo igual ou superior a brAA-pela Standard & Poors, Aa3.br pela Moody's e AA-(bra) pela Fitch.
- (c) constituição de qualquer outra Garantia de Pagamentos que seja formalmente aceita pela Vendedora, apresentada por (i) uma sociedade controladora (Parent Company) ou controlada (em ambos os casos, direta ou indiretamente), ou sob controle comum da Compradora (sendo o controle verificado nos termos da Lei nº 6.404/1976), ou (ii) por uma terceira pessoa ou entidade. Em qualquer desses casos, a garantidora deverá possuir avaliação de crédito, bem como as condições de garantia previamente aceitas pela Vendedora.
- (d) a combinação de 2 (duas) ou mais Garantias de Pagamentos dentre as previstas nas alíneas acima.

23.5. Em caso de inadimplemento pela Compradora das obrigações de pagamento descritas neste Contrato, a Vendedora poderá, no 11º (décimo primeiro) Dia imediatamente após a respectiva data de vencimento do Documento de Cobrança, executar a Garantia de Pagamentos eventualmente ofertada nos termos do item 23.4, no valor correspondente ao montante não pago do Documento de Cobrança, acrescido dos Encargos Moratórios, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos pelo banco garantidor da Garantia de Pagamentos.

23.6. Na hipótese de execução das garantias de pagamentos pela Vendedora, a Vendedora deverá Notificar à Compradora sobre o ocorrido em até 2 (dois) Dias ÚTEIS.

23.7. Na hipótese da execução das garantias de pagamentos descritas nas alíneas “a” a “d” do item 23.4, a Compradora deverá restabelecer o valor inicial das garantias de pagamentos, nos termos do item 23.4, no prazo de até 30 (trinta) Dias contados da data de vencimento do(s) respectivo(s) Documento(S) de Cobrança inadimplido(s) que tenha(m) ensejado a execução das garantias de pagamentos.

23.8. Caso haja inadimplemento da Compradora relativamente a sua obrigação de oferecimento, manutenção da validade, substituição, complementação ou restabelecimento da Garantia de Pagamentos, a Vendedora, a seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento de Gás, observado o prazo previsto no item 14.3.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO- CONCORDÂNCIA DAS PARTES


24.1. Nos termos da legislação vigente, as Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas Partes, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das Partes ao presente instrumento.

Florianópolis, 01 de Outubro de 2024.



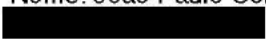


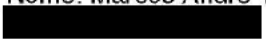
MGAS COMERCIALIZADORA DE GÁS NATURAL LTDA.

<p>Assinatura Eletrônica 24/10/2024 20:12 UTC</p> <p> <i>Henrique C. Baeta</i></p> <p> Henrique Baeta</p> <hr/> <p>Henrique Caldas Baeta Diretor</p>	<p>Assinatura Eletrônica 24/10/2024 21:01 UTC</p> <p> <i>Guilherme Valverde</i></p> <p> Guilherme Bevilaqua de Miranda Valverde</p> <hr/> <p>Guilherme Bevilaqua de Miranda Valverde Diretor</p>
---	---

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

<p>Assinatura Eletrônica 25/10/2024 12:42 UTC</p> <p> <i>Otmar Josef Müller</i></p> <p> Otmar Josef Müller</p> <hr/> <p>Otmar Josef Muller Diretor Presidente</p>	<p>Assinatura Eletrônica 24/10/2024 16:53 UTC</p> <p> <i>Fábio Augusto Norcio</i></p> <p> Fábio Augusto Norcio</p> <hr/> <p>Fábio Augusto Norcio Diretor Administrativo e Financeiro</p>
<p>Assinatura Eletrônica 24/10/2024 19:01 UTC</p> <p> <i>Tiago Cabral</i></p> <p> Tiago Sacramento Cabral</p> <hr/> <p>Tiago Sacramento Cabral Diretor Técnico e Comercial</p>	

TESTEMUNHAS:

<p>Assinatura Eletrônica 24/10/2024 12:29 UTC</p> <p> <i>João Paulo Correa da Costa e Silva</i></p> <p> João Paulo Correa da Costa e Silva</p> <hr/> <p>Nome: João Paulo Correa da Costa e Silva </p>	<p>Assinatura Eletrônica 24/10/2024 16:50 UTC</p> <p> <i>Marcos André Tottene</i></p> <p> Marcos André Tottene</p> <hr/> <p>Nome: Marcos André Tottene </p>
--	--

Assinatura Eletrônica
24/10/2024 16:40 UTC

 *Juliana Azevedo Pfau*


JULIANA AZEVEDO PFAU

Apêndice I – PONTO DE ENTREGA

LOCALIZAÇÃO DO PONTO DE ENTREGA – ENTRADA DO SISTEMA DE TRANSPORTE	GASODUTO
EMED CORUMBÁ	Flange imediatamente à jusante da Entrada de transporte EMED CORUMBÁ da TBG.

As condições de entrega de cada Ponto de Entrada estão estabelecidas no GTA.

As Partes concordam que a Vendedora poderá optar por realizar a entrega do Gás em um Ponto de Entrada alternativo no Sistema de Transporte da TBG, observado o disposto no item 2.2 do Contrato.